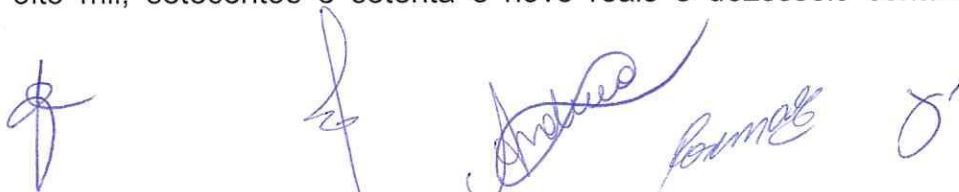


## ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREVI – 21/09/2021

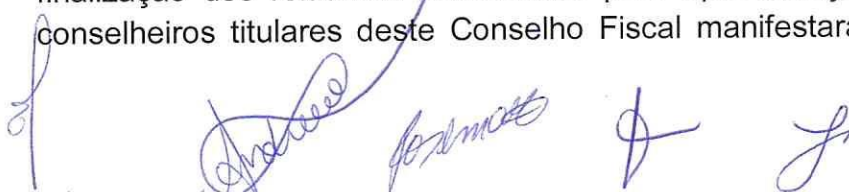
Aos vinte e um dias de setembro de dois mil e vinte e um, às onze horas, deu-se início a 9ª (nona) Reunião Ordinária deste Conselho Fiscal, realizada no Colégio Pedro de Souza Rangel, tendo em vista a necessidade de distanciamento social pela pandemia da COVID-19 e falta de espaço adequado na sede da Autarquia, convocados através da Carta/CF/010/2021. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Ana Cristina Faustino, Anderson Antonio Rocha, Andrea da Silva Lima, Dalva Pinheiro Lima, Jesuel Ferreira de Sá, Juliana de Melo Rosa e Rosemary Pereira Gonçalves. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos - Mês: Agosto; b) Apresentação do Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI - Competência: Agosto; c) Apresentação do Relatório Mensal do Controle Interno do mês Agosto/2021; d) Apresentação do Relatório Simplificado de Gestão: Agosto/2021; e) Apresentação do Relatório de Provas de Vida realizadas no mês de Agosto de 2021; f) Apresentação do Relatório de Pensões e Aposentadorias concedidas no mês de agosto de 2021; g) Apresentação do Acompanhamento dos Acordos de Parcelamentos e Amortização Atuarial; h) Apresentação do Relatório de Controle Mensal da Taxa de Administração – Competência Agosto/2021; j) Apresentação do Balancete do mês de Agosto/2021; k) Apresentação da Minuta da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022; l) Apresentação do projeto de lei de alteração da legislação previdenciária; m) Outros. A Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião saudando a todos os presentes e prosseguiu para a apreciação do Relatório Mensal de Investimentos – Agosto/2021. Nesse sentido, foi demonstrado que no mês de agosto houve uma rentabilidade geral negativa de R\$ 1.665.200,89 (um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil, duzentos reais e oitenta e nove centavos), representando um retorno do mês de menos 1,00% (um por cento), face uma meta para o mês de 1,35% (um vírgula trinta e cinco por cento). Logo, o saldo do mês foi fechado em R\$ 165.520.144,79 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e vinte mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos), tendo havido um retorno acumulado durante o exercício de R\$ 112.494,79 (cento e doze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos), resultando em uma porcentagem de rentabilidade acumulada até o mês de agosto de 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) enquanto a meta acumulada figura em 9,59% (nove vírgula cinquenta e nove por cento), existindo assim, um gap acumulado de 0,82% (zero vírgula oitenta e dois por cento). Assim, ao se apreciar os recursos financeiros de agosto de 2021 e o Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI no mês de Agosto de 2021, a categoria de renda fixa ficou com o saldo de R\$ 88.038.779,16 (oitenta e oito milhões, trinta e oito mil, setecentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos) e uma



alocação de 52% (cinquenta e dois por cento), a categoria de renda variável teve um saldo de R\$ 64.426.067,10 (sessenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, sessenta e sete reais e dez centavos) e um percentual de 38,05% (trinta e oito vírgula zero cinco por cento), os ativos no exterior tiveram como saldo R\$ 16.837.291,71 (dezesesseis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, duzentos e noventa e um reais e setenta e um centavos) e uma alocação de 9,94% (nove vírgula noventa e quatro por cento), já os depósitos a vista ficaram com um saldo de R\$ 14.364,04 (quatorze mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos) e um percentual de 0,01% (zero vírgula zero um por cento). Os recursos, portanto, fecharam a competência com o valor global de R\$ 169.316.502,01 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e dezesseis mil, quinhentos e dois reais e um centavo). Dessa maneira, ficou demonstrado que a Caixa Econômica Federal continua sendo a instituição com maior percentual de alocações, com 27,82% (vinte e sete vírgula oitenta e dois por cento), seguida pelo BB Gestão de Recursos DTVM com 22,04% (vinte e dois vírgula zero quatro por cento) e pelo Santander Brasil Asset Management com 6,72% (seis vírgula setenta e dois por cento). Após a apreciação dos relatórios da área de investimentos, prosseguiu-se para o Relatório Simplificado de Gestão, esse último demonstrou que em agosto foram pagos duzentos e setenta e seis aposentados e cento e doze pensionistas. No que se refere aos aposentados, R\$ 386.080,49 (trezentos e oitenta e seis mil, oitenta reais e quarenta e nove centavos) foram custeados pelo IPREVI e R\$ 48.411,10 (quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e dez centavos) pela PMI. Já quanto aos pensionistas, foram custeados pelo IPREVI R\$ 122.280,50 (cento e vinte e dois mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta centavos) e pela PMI, R\$ 32.607,12 (trinta e dois mil, seiscentos e sete reais e doze centavos). Assim, foram pagos pelo IPREVI referente ao Plano Previdenciário R\$ 508.360,99 (quinhentos e oito mil, trezentos e sessenta reais e noventa e nove centavos) e pela PMI referente ao Plano Financeiro, R\$ 81.018,22 (oitenta e um mil, dezoito reais e vinte e dois centavos). Dessa maneira, a folha mensal representou um montante de R\$ 434.491,59 (quatrocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e nove centavos) com as aposentadorias e R\$ 154.887,62 (cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos) com as pensões, representando um saldo total de R\$ 589.379,21 (quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos). Em seguida, foi apresentado os relatórios do setor de Benefícios, o primeiro dele acerca do quantitativo de benefícios, demonstrou que em agosto havia duzentos e setenta e cinco aposentadorias, cento e doze pensões por morte, onze concursados e três diretoras, havendo, portanto, um acréscimo de cinco aposentadorias e duas pensões em relação ao mês anterior. O segundo relatório, referente às compensações previdenciárias, demonstrou que em agosto foi fechado um valor a pagar de R\$ 1.973,54 (mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), referente à quatro compensações, um valor a receber de R\$ 2.703,41 (dois mil, setecentos

e três reais e quarenta e um centavos) referente à seis compensações, tendo sido efetivamente recebido o valor de R\$ 729,87 (setecentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos). Até o fechamento da competência, havia sessenta e seis requerimentos em análise, o somatório do valor a pagar até o mês de agosto é de R\$ 16.000,75 (dezesesseis mil reais e setenta e cinco centavos), R\$ 21.627,28 (vinte e um mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos) de valor a receber, tendo efetivamente recebido R\$ 4.896,66 (quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos). A pauta posterior foi a análise do Relatório do Controle Interno referente aos principais números do setor de Benefícios e Protocolo até o mês de Agosto, sendo demonstrado que até a competência já foram realizados duzentos e vinte e cinco recadastramentos de aposentados e pensionistas de um montante a recadastrar de duzentos e vinte e sete, os dois recadastramentos não realizados foram em decorrência do falecimento do beneficiário. Especificamente em agosto, foram recadastrados quatorze dos quinze aposentados aniversariantes, sendo o não-recadastrado falecido, e sete dos sete pensionistas. Quanto a composição dos benefícios, no fechamento de agosto, quarenta e nove beneficiários correspondiam à categoria de aposentadoria por incapacidade, quarenta e um à categoria de aposentadoria por tempo de contribuição, quatorze à aposentadoria compulsória, cento e setenta e três à aposentadoria por idade e cento e onze à pensão por morte. Assim a folha de pagamento dos beneficiários do mês foi composta 44,60% (quarenta e quatro vírgula sessenta por cento) por aposentados por idade, 28,60% (vinte e oito vírgula sessenta por cento) por pensionistas, 12,60% (doze vírgula sessenta por cento) por aposentados por incapacidade permanente, 10,60% (dez vírgula sessenta por cento) por aposentados por tempo de contribuição e 3,60% (três vírgula sessenta por cento) por aposentados compulsoriamente. No que se refere ao Setor de Protocolo, ficou demonstrado que foram abertos nomes de agosto: seis processos de solicitação de benefícios e vinte e um administrativos, não tendo sido cancelado nenhum processo na competência. Dessa maneira, até o final do mês, foram abertos no exercício, trinta e cinco processos de solicitação de benefício previdenciário, cento e quarenta e seis processos administrativos e cancelados sete processos abertos, totalizando assim, cento e oitenta e oito processos na Autarquia. Ao finalizar o relatório do Controle Interno, evoluiu-se para a discussão do Balancete do mês de Agosto que fechou suas receitas e despesas no montante de R\$ 172.640.126,22 (cento e setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil, cento e vinte e seis reais e vinte e dois centavos). O balancete foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.2, II, b) da Lei nº 863/2017. Dando prosseguimento, foram apresentados os relatórios de acompanhamento dos parcelamentos e do plano de amortização, tendo sido pagos até o momento um montante geral de R\$ 9.194.365,76 (nove milhões, cento e quarenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos) dos cinco

termos de parcelamento existentes, restando, portanto, um valor a pagar de R\$ 19.679.876,19 (dezenove milhões, seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos), face o valor inicial consolidado dos cinco termos de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos). Quanto ao Plano de Amortização, já foram adimplidos R\$ 13.900.991,74 (treze milhões, novecentos mil, novecentos e noventa e um reais e setenta e quatro centavos), restando um valor a pagar de R\$ 47.327.659,03 (quarenta e sete milhões, trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta reais e três centavos). Prosseguindo com as pautas, foi apresentado o Relatório de Controle Mensal da Taxa de Administração elaborado pelo Controle Interno, que demonstrou que durante o mês de agosto foram utilizados R\$ 28.560,54 (vinte e oito mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos) da Taxa de Administração para o custeio das despesas administrativas, totalizando um montante despendido para tal até o referido mês durante o exercício de R\$ 356.879,65 (trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), e R\$ 30.648,21 (trinta mil, seiscentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos) com folha de pagamento dos servidores, diretoras, cargo comissionado, estagiários e suas respectivas contribuições patronais, totalizando um montante de R\$ 433.119,37 (quatrocentos e trinta e seis mil, cento e dezenove reais e trinta e sete centavos) com a referida despesa. Assim, foram utilizados até o fechamento de agosto R\$ 789.999,02 (setecentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e dois centavos) da Taxa de Administração de 2021 estabelecida no valor global de R\$ 1.611.060,56 (um milhão, seiscentos e onze mil, sessenta reais e cinquenta e seis centavos), restando assim um saldo de R\$ 821.061,54 (oitocentos e vinte e um mil, sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos). A pauta posterior foi a apreciação do Projeto de lei visando à adequação da legislação previdenciária do município, o projeto abarca a alteração do percentual do limite da taxa de administração e sua base de cálculo, a alteração da Lei Municipal 367/2002 e da Lei Municipal 862/2017 para readequar os benefícios previdenciários às definições da Emenda Constitucional 103/2019 que os delimita às aposentadorias e pensões, passando o salário-maternidade, salário família, auxílio-doença e auxílio reclusão à categoria de benefício estatutário, responsabilidade do ente, não mais do RPPS. Ademais, a minuta prevê a exclusão da nomenclatura "Informática" do FG - Responsável pelo Setor de Compras, Licitação e Informática, bem como das atribuições do cargo relacionadas à temática na Lei Municipal 863/2017. Apesar de inicialmente prevista, a discussão da minuta da LOA 2022 foi postergada para a próxima reunião ordinária, que foi remarcada para o dia 27/10/2021 já que no dia 20 a equipe da Autarquia estará participando do XIV Congresso Previdenciário da AEPREMERJ, devido a não finalização dos relatórios necessários para apresentação. Ao final, todos os conselheiros titulares deste Conselho Fiscal manifestaram-se favoravelmente



pela conformidade do parecer da 9ª Reunião Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques deu por encerrada a reunião. Lavrada a presente ata e achada exata, a mesma vai assinada pelos conselheiros titulares presentes.

*Este processo a Sra. Andrea da  
Sara Lima, Formosa Pereira Gomes, Anderson,  
Antonio Rocha da Silva. f - 1 - 5*